



Superior Tribunal de Justiça

PORTARIA N. 217 DE 27 DE JULHO DE 2011.

Dispõe sobre a entrega de declarações de bens e rendas pelos magistrados e servidores do Superior Tribunal de Justiça.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, XXXI, do Regimento Interno e considerando o disposto nas Leis n. 8.429, de 2 de junho de 1992, e 8.730, de 10 de novembro de 1993, e na Instrução Normativa n. 67, de 6 de julho de 2011, do Tribunal de Contas da União, assim como o que consta do Processo Administrativo STJ n. 2.669/2009, virtualizado sob o número 6.913/2011,

RESOLVE:

Art. 1º A apresentação das declarações de bens e rendas pelos magistrados e servidores do Tribunal a que se refere o art. 1º da Lei n. 8.730/1993 observará o disposto nesta portaria.

Art. 2º Os magistrados e servidores entregarão, anualmente, à unidade de atendimento aos ministros e à unidade de gestão de pessoas respectivamente declaração de bens e rendas.

§1º Os bens e rendas de que trata o *caput* deverão ser detalhadamente descritos na forma exigida no art. 13, *caput* e § 1º, da Lei n. 8.429/1992 e no art. 2º, *caput* e §§ 1º a 6º, da Lei n. 8.730/1993, bem como as respectivas retificações apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

§ 2º A entrega da declaração dar-se-á, também, nas seguintes situações:

- I – por ocasião da posse em cargo público;
- II – na entrada em exercício do cargo, nos casos em que não há posse;
- III – na entrada em exercício de função comissionada;
- IV – na vacância do cargo;
- V – na dispensa de função comissionada;

VI – no momento em que for solicitada, a critério da administração, do órgão de controle interno do Tribunal ou do Tribunal de Contas da União.

§ 3º A declaração a que alude o *caput* deste artigo deverá ser preenchida em formulário de papel constante do Anexo I e devidamente assinada.





Superior Tribunal de Justiça

Art. 3º Os magistrados e servidores poderão apresentar, em alternativa ao formulário a que se refere o § 3º do art. 2º, autorização de acesso aos dados de bens e rendas de suas declarações de ajuste anual do imposto de renda pessoa física e das respectivas retificações apresentadas à RFB.

§ 1º O acesso será exclusivo aos dados de bens e rendas exigidos nos arts. 13, *caput* e § 1º, da Lei n. 8.429/1992 e 2º, *caput* e §§ 1º a 6º, da Lei n. 8.730/1993.

§ 2º A autorização de que trata o *caput* deverá ser feita mediante o preenchimento de formulário em papel constante do Anexo II.

§ 3º A autorização perderá efeito sobre os exercícios subsequentes àqueles em que o magistrado ou o servidor deixarem de ocupar cargo ou função no Tribunal.

Art. 4º Os atos de posse ou de entrada em exercício nos cargos relacionados no art. 1º da Lei n. 8.730/1993 não poderão ser formalizados sem que haja a prévia apresentação da declaração de bens e rendas nos termos do art. 2º, §3º, ou da autorização de acesso às informações de bens e rendas a que alude o art. 3º, ambos desta portaria.

Art. 5º Os titulares das unidades de atendimento aos ministros e de gestão de pessoas serão responsáveis pelo sigilo das informações contidas nas declarações de bens e rendas que lhes forem disponibilizadas nos termos desta portaria.

§ 1º Deverão ser adotadas medidas para preservar a confidencialidade das informações prestadas, nos termos do art. 198 do Código Tributário Nacional, do art. 325 do Código Penal, do parágrafo único do art. 5º da Lei n. 8.730/1993 e do § 2º do art. 11 do Decreto n. 5.483, de 30 de junho de 2005.

§ 2º Os servidores ou quaisquer pessoas que, em virtude do exercício de cargo ou função, tenham acesso a informações fiscais relativas às autoridades e aos servidores públicos sujeitam-se às sanções prescritas na legislação por infração das disposições pertinentes ao dever de sigilo sobre as informações de natureza fiscal e de riqueza de terceiros.

Art. 6º A declaração de bens e rendas deverá ser entregue na forma estabelecida no § 3º do art. 2º ou no art. 3º desta portaria, no prazo de até 15 dias após a data-limite fixada para a apresentação das declarações de bens e rendimentos à Secretaria da Receita Federal.

Parágrafo único. Em relação ao exercício de 2011, fica estabelecido o prazo de até 15 dias contados a partir da publicação desta portaria para a entrega da declaração de que trata este artigo.

Art. 7º Para o exercício de 2011, considera-se cumprida a exigência do art. 1º desta portaria no caso daqueles que entregaram cópia da declaração de ajuste anual do imposto de renda pessoa física na forma estabelecida na Instrução Normativa TCU n. 5, de 10 de março de 1994, ou autorizaram o acesso nos termos definidos no art. 2º da Instrução Normativa TCU n. 67/2011.





Superior Tribunal de Justiça

Art. 8º Os magistrados e servidores que concederam a autorização de acesso segundo Anexo II da Instrução Normativa TCU n. 67/2011, poderão, a seu critério, assinar nova declaração nos termos desta portaria.

Parágrafo único. Àqueles que optarem por assinar nova declaração a primeira será devolvida pelas unidades de atendimento aos ministros e de gestão de pessoas.

Art. 9º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Fica revogado o [Ato n. 51 de 16 de março de 2004](#).

Ministro ARI PARGENDLER

Superior Tribunal de Justiça

Anexo I

Portaria n. 217 de 27 de julho de 2011.

FORMULÁRIO DE DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS (DBR)

I - PATRIMÔNIO DO DECLARANTE

TIPO DO BEM (1)	DESCRIÇÃO DO BEM (2)	VALOR DE AQUISIÇÃO (3)	DATA DE AQUISIÇÃO (4)	VALOR VENAL ATUALIZADO (5)	VALOR DO BEM AO FINAL DO EXERCÍCIO (6)	VALOR DO BEM AO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR (7)

Observações:

- (1) Para cada bem, informar um único tipo: imóvel, móvel, semovente, veículo terrestre, embarcação, aeronave, títulos ou valores mobiliários, aplicação financeira, depósitos em conta bancária.
- (2) Para cada bem, informar as características que o descrevem ou identificam.
- (3) Para cada bem, informar o valor de aquisição constante do instrumento de transferência de propriedade ou do ato que transferiu tal direito, expresso em moeda nacional, se adquirido no Brasil, ou na moeda do país onde o bem foi adquirido.
- (4) Para cada bem, informar a data de aquisição constante do instrumento de transferência de propriedade ou do ato que transferiu tal direito.
- (5) Para cada bem, quando não for possível informar o valor de aquisição, informar o valor de venda atualizado até a data do último mês que integra o período relativo à DBR.
- (6) Para cada bem, informar o valor de aquisição, caso o bem integre o patrimônio ao final do exercício financeiro a que se refere a DBR; caso contrário, informar zero.
- (7) Para cada bem, informar o valor de aquisição, caso o bem integre o patrimônio ao final do exercício financeiro anterior ao que se refere a DBR; caso contrário, informar zero.

Superior Tribunal de Justiça
Anexo I
Portaria n. 217 de 27 de julho de 2011.

II - DÍVIDAS E ÔNUS DO DECLARANTE

DÍVIDAS/ÔNUS DO EXERCÍCIO (1)	DÍVIDAS/ÔNUS DO EXERCÍCIO ANTERIOR (2)

Observações:

- (1) Informar o total das dívidas ou ônus a gravar o patrimônio declarado no final do exercício financeiro a que se refere a DBR.
(2) Informar o total das dívidas ou ônus a gravar o patrimônio declarado no final do exercício financeiro anterior ao que se refere a DBR.

III - RENDIMENTOS DO DECLARANTE

RENDIMENTO TRIBUTÁVEL (1)	
RENDIMENTO NÃO TRIBUTÁVEL (2)	
RENDIMENTO SUJEITO À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA (3)	
RENDIMENTO DO CÔNJUGE (4)	
IMPOSTO PAGO (5)	
IMPOSTO PAGO SOBRE GANHO DE CAPITAL (6)	
RESULTADO NEGATIVO DA ATIVIDADE RURAL (7)	
OUTROS PAGAMENTOS (8)	

Observações:

- (1) Informar o total de rendimento tributável obtido no exercício financeiro a que se refere a DBR que compõe a base de cálculo para fins de apuração do imposto pago a título de IRPF.
(2) Informar o total de rendimento não tributável obtido no exercício financeiro a que se refere a DBR.
(3) Informar o total de rendimento sujeito à tributação exclusiva obtido no exercício financeiro a que se refere a DBR.
(4) Informar o total geral de rendimentos obtido pelo cônjuge no exercício financeiro a que se refere a DBR, quando for o caso.
(5) Informar o total de imposto pago a título de IRPF no exercício financeiro a que se refere a DBR.
(6) Informar o total de imposto pago sobre o ganho de capital aferido no exercício financeiro a que se refere a DBR.
(7) Informar o prejuízo apurado com atividade rural, quando for o caso.
(8) Informar outros pagamentos efetuados no exercício financeiro a que se refere a DBR.

Superior Tribunal de Justiça
Anexo I
Portaria n. 217 de 27 de julho de 2011.

IV - INFORMAÇÕES PRESTADAS À RFB

Declaro que as informações prestadas neste formulário são as mesmas constantes da Declaração de Ajuste Anual de Renda Pessoa Física relativa ao exercício financeiro de (1). apresentada à Receita Federal do Brasil.

Número do recibo de entrega da Declaração de Ajuste Anual de Renda Pessoa Física apresentada à Receita Federal do Brasil: (2)

Observações:

- (1) Informar o exercício financeiro a que se refere a Declaração de Ajuste Anual de Renda Pessoa Física apresentada à Receita Federal do Brasil e que serviu de base para a elaboração da DBR.
- (2) Informar o número do recibo de entrega da Declaração de Ajuste Anual de Renda Pessoa Física apresentada à Receita Federal do Brasil.

LOCAL E DATA	ASSINATURA Autoridade / Servidor
--------------	-------------------------------------



Superior Tribunal de Justiça

Anexo II Portaria n. 217 de 27 de julho de 2011.

FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO AOS DADOS DE BENS E RENDAS DAS DECLARAÇÕES DE AJUSTE ANUAL DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA

DADOS PESSOAIS

MATRICULA N.		CPF N.	
NOME			
CARGO/FUNÇÃO			
UNIDADE DE LOTAÇÃO			
TELEFONE OU RAMAL			

AUTORIZAÇÃO

Autorizo, para fins de cumprimento da exigência contida no art. 13 da Lei 8.429, de 1992, e no art. 1º da Lei 8.730, de 1993, e enquanto sujeito ao cumprimento das obrigações previstas nas Leis 8.429, de 1992, e 8.730, de 1993, o Tribunal de Contas da União a ter acesso aos dados de bens e rendas (exigidos nas mencionadas leis) das minhas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

<hr/> LOCAL E DATA	<hr/> ASSINATURA Autoridade/Servidor
--------------------	---

